

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”). O Varejo tem como subsidiária integral a NK 178 Empreendimentos e Participações S.A. (“NK 178”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros e artigos de papelaria. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico, de uma rede de 32 lojas e do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e o Varejo estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de Credores, tendo sido aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentaram nos autos do Processo de Recuperação Judicial, proposta de Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“Segundo Aditamento ao PRJ”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado em 19 de abril de 2022. (Nota explicativa nº 30).

A NK 178 é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pelo Varejo, que detém participação direta de 100% de suas ações ordinárias, cujo objeto social é o de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior.

A Companhia está mobilizada para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. O resultado das medidas tomadas, aliadas à homologação judicial do Segundo Aditamento ao PRJ, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, relacionados a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias compreendem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, preparadas e apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às informações contábeis individuais não diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado nas demonstrações separadas.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Administração da Companhia e de sua controlada.

As bases de preparação e apresentação para as informações contábeis intermediárias da Controladora e do Varejo, relacionadas à mensuração, moeda funcional e fontes de julgamentos e estimativas são as mesmas divulgadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 2), publicadas em 28 de março de 2022.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2022 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis, intermediárias, individuais e consolidadas são consistentes com aquelas aplicadas e divulgadas na nota explicativa nº 03 das Demonstrações Contábeis auditadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 28 de março de 2022, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, que não produzem efeito significativo nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no período compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Caixa e bancos - conta movimento	2	7.550	342	8.022
Aplicações financeiras - equivalente de caixa (a)	-	-	7.868	-
	<u>2</u>	<u>7.550</u>	<u>8.210</u>	<u>8.022</u>

(a) Aplicações financeiras representadas por certificado de depósito bancário – CDB remunerado pela taxa de 101,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30/09/22	31/12/21
Títulos a receber	482	691
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>5.963</u>	<u>407</u>
	6.445	1.098
Provisão para perdas de créditos esperadas	<u>(284)</u>	<u>(388)</u>
	<u>6.161</u>	<u>710</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 13 dias (11 dias em 31 de dezembro de 2021). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, na adquirente PagSeguro.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento:

	Consolidado	
	30/09/22	31/12/21
A vencer	5.962	407
Vencidos:		
Até 60 dias	116	166
De 61 a 90 dias	51	73
De 91 a 180 dias	261	374
Acima de 180 dias	55	78
	<u>6.445</u>	<u>1.098</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em boa parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. A provisão para perdas esperadas com créditos para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado da provisão para perdas esperadas com créditos estimada no resultado corresponde a: R\$87 (reversão de provisão para perdas), deduzido de R\$16 de perda efetivamente incorrida com *charge back*; e R\$197, respectivamente para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	30/09/22	31/12/21
Mercadorias para revenda	27.821	25.170
(-) Provisão para perdas na realização dos estoques	(10.101)	(6.318)
	<u>17.720</u>	<u>18.852</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$23.796 (R\$28.039 em 31 de dezembro de 2021). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$5.083. No período entre 1 de outubro de 2022 e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$1.312.

Provisão para perdas na realização dos estoques

A provisão para perdas na realização dos estoques nas operações do Varejo é estimada para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A provisão constituída no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$3.783 está relacionada, substancialmente, aos baixos volumes de vendas e compras no período de maior impacto da pandemia.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.606	1.606	5.210	37.687
Programa de Integração Social - PIS (ii)	11	11	655	7.686
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.624	1.306	2.752	4.039
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	1.498	2.031	3.469	5.005
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	534	47.670
Outros	<u>179</u>	<u>179</u>	<u>262</u>	<u>262</u>
	<u>4.918</u>	<u>5.133</u>	<u>12.882</u>	<u>102.349</u>
Ativo circulante	179	179	3.518	50.083
Ativo não circulante	<u>4.739</u>	<u>4.954</u>	<u>9.364</u>	<u>52.266</u>
	<u>4.918</u>	<u>5.133</u>	<u>12.882</u>	<u>102.349</u>

- (i) Representa o saldo credor de ICMS resultante da apuração do tributo nos estabelecimentos do Varejo. Em maio de 2022 foi realizada a última das seis parcelas deferidas em 17 de março de 2021, relacionadas ao processo administrativo para ressarcimento do crédito acumulado de ICMS por meio do sistema e-CredAc e cuja aprovação dos pedidos de transferência para negociação com empresa interdependente ocorreu em abril e maio de 2022. O montante ressarcido no período encerrado em 30 de setembro de 2022 foi de R\$47.166 (R\$9.198 em 31 de dezembro de 2021), líquidos de deságio e comissões de intermediação.

- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições sociais PIS e COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$4.248 (R\$43.756 em 31 de dezembro de 2021), líquidos de perda ao valor de realização de R\$143.455 (R\$236.975 em 31 de dezembro de 2021), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2021, não compensados com o valor pago das respectivas contribuições até as datas de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2022 e do exercício em 31 de dezembro de 2021.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 para as quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais ao PIS e à COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Em 7 de março de 2022, a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. (“Travessia”) apresentou Proposta Vinculante para aquisição da UPI Direitos Creditórios, representado pelo crédito decorrente das referidas ações judiciais, pelo montante de R\$54.320, nos termos do Segundo Aditivo – PRJ, que determinou a alienação da referida UPI mediante a realização de processo competitivo, concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta oferecida pela Travessia (Nota explicativa nº 33). O montante dos créditos registrados nas demonstrações contábeis foi ajustado ao valor de provável realização de R\$54.320 (R\$40.080 em 31 de dezembro de 2021), líquido de provisão para perda ao valor de realização de R\$81.169 (R\$93.520 em 31 de dezembro de 2021). Em 18 de julho de 2022, a Travessia deu em pagamento pela UPI Direitos Creditórios, quitação de parte do empréstimo para capital de giro, no montante de R\$50.000 (Nota explicativa nº 12) e R\$4.320, depositados em juízo, nos termos da recuperação judicial, tendo sido levantados pelo Varejo no trimestre, o montante de R\$4.176.

8. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Companhia e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

O montante consolidado de Prejuízos fiscais de IR e Bases negativas de CSLL em 30 de setembro de 2022 que poderá ser utilizado para a compensação de bases tributáveis e/ou o pagamento de passivos tributários, nos termos da legislação vigente sobre a utilização de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL é de R\$689.467, correspondente a um crédito fiscal de R\$233.937 (R\$855.407 e R\$290.357 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da Companhia e do Varejo foram revertidos por não existirem históricos de lucro

tributáveis nessas Companhias, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	100.427	(8.030)	100.437	(8.031)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(34.145)	2.730	(34.149)	2.731
Adições / Exclusões permanentes - despesas não dedutíveis	(570)	-	(549)	14.502
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	42.353	(2.681)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(7.638)</u>	<u>(49)</u>	<u>34.698</u>	<u>(17.233)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- NK 178 - empresa controlada pelo Varejo

As transações com as partes relacionadas compreendem reembolso de despesas da controlada e da controlada do Varejo e empréstimos de mútuo, com prazo indeterminado e remuneração de juros calculados à taxa equivalente a 110% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Empréstimos de mútuo concedidos para o Varejo:

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Saldo no início do exercício	50.490	61.875
Empréstimos concedidos	59.201	23.454
Pagamentos efetuados	(66.246)	(37.465)
Receitas financeiras	<u>3.775</u>	<u>2.626</u>
Saldo no fim do período	<u>47.220</u>	<u>50.490</u>

Empréstimos de mútuo concedidos para a NK 178:

	<u>30/09/22</u>
Saldos no início do exercício	-
Empréstimos concedidos	11.275
Pagamentos efetuados	(36)
Receitas financeiras	<u>158</u>
Saldos no fim do período	<u><u>11.397</u></u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	01/07/22	01/01/22	01/07/21	01/01/21	01/07/22	01/01/22	01/07/21	01/01/21
	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/21</u>	<u>a 30/09/21</u>	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/21</u>	<u>a 30/09/21</u>
Pró-labore do conselho de administração	378	990	270	810	378	993	271	836
Pró-labore da diretoria	<u>6</u>	<u>16</u>	<u>5</u>	<u>14</u>	<u>266</u>	<u>638</u>	<u>187</u>	<u>561</u>
Subtotal	384	1.006	275	824	644	1.631	458	1.397
Outras remunerações	<u>92</u>	<u>244</u>	<u>67</u>	<u>198</u>	<u>160</u>	<u>413</u>	<u>116</u>	<u>346</u>
	<u><u>476</u></u>	<u><u>1.250</u></u>	<u><u>342</u></u>	<u><u>1.022</u></u>	<u><u>804</u></u>	<u><u>2.044</u></u>	<u><u>574</u></u>	<u><u>1.743</u></u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS (PROVISÃO PARA PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA)

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Passivo a descoberto	<u>(367.634)</u>	<u>(527.049)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(367.601)</u>	<u>(527.006)</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>			
	<u>01/07/22</u>	<u>01/01/22</u>	<u>01/07/21</u>	<u>01/01/21</u>
	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/21</u>	<u>a 30/09/21</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:				
Resultado do Varejo	<u>109.873</u>	<u>124.576</u>	<u>23.311</u>	<u>(7.886)</u>
Equivalência patrimonial	<u>109.864</u>	<u>124.566</u>	<u>23.309</u>	<u>(7.885)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Participação no resultado do Varejo	124.566	(27.868)
transferida para o passivo não circulante	<u>(124.566)</u>	<u>27.868</u>
Saldo no fim do período	<u>-</u>	<u>-</u>

Principais informações das demonstrações contábeis consolidadas do Varejo:

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Ativo total	121.707	220.878
Passivo circulante e não circulante	489.341	747.927
Passivo a descoberto	(367.634)	(527.049)
	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Receita operacional líquida	59.359	65.382
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(34.677)	(41.701)
Lucro bruto	24.682	23.681
Despesas operacionais	(59.380)	(59.081)
Depreciações	(11.014)	(14.362)
Outras	272.811	18.786
Resultado operacional	227.099	(30.976)
Resultado financeiro	(102.523)	23.090
Resultado antes dos impostos	124.576	(7.886)
Lucro (prejuízo) líquido	<u>124.576</u>	<u>(7.886)</u>

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		30/09/22			31/12/21		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	679	(679)	-
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.431)	59	2.490	(2.403)	87
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.412)	9	5.421	(5.408)	13
Equipamentos de informática	20	12.347	(12.347)	-	12.387	(12.387)	-
		<u>20.937</u>	<u>(20.869)</u>	<u>68</u>	<u>20.977</u>	<u>(20.877)</u>	<u>100</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		30/09/22			31/12/21		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.045	(1.044)	1	1.050	(1.049)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	26.815	(24.701)	2.114	26.757	(24.169)	2.588
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	52.687	(49.841)	2.846	59.678	(55.744)	3.934
Equipamentos de informática	20	32.485	(32.191)	294	32.835	(32.076)	759
Direito de uso em arrendamento		93.464	(38.349)	55.115	113.333	(40.052)	73.281
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	6	-	6
		<u>206.496</u>	<u>(146.126)</u>	<u>60.370</u>	<u>233.659</u>	<u>(153.090)</u>	<u>80.569</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

Controladora				
	31/12/21	Adições	Baixas	30/09/22
Custo:				
Máquinas e equipamentos	679	-	-	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	<u>12.387</u>	-	(40)	<u>12.347</u>
Total do custo	<u>20.977</u>	-	(40)	<u>20.937</u>
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos	(679)	-	-	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.403)	(28)	-	(2.431)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.408)	(4)	-	(5.412)
Equipamentos de informática	<u>(12.387)</u>	-	40	<u>(12.347)</u>
Total da depreciação	<u>(20.877)</u>	<u>(32)</u>	<u>40</u>	<u>(20.869)</u>
Valor líquido	<u>100</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>68</u>

Consolidado						
	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	30/09/22
Custo:						
Máquinas e equipamentos	1.050	-	-	-	(5)	1.045
Móveis, utensílios e instalações	26.757	58	-	-	-	26.815
Benfeitorias em imóveis de terceiros	59.678	25	(5.282)	139	(1.873)	52.687
Equipamentos de informática	32.835	-	(350)	-	-	32.485
Direito de uso em arrendamento	113.333	8.085	(25.343)	-	(2.611)	93.464
Imobilizado em andamento	6	133	-	(139)	-	-
Total do custo	<u>233.659</u>	<u>8.301</u>	<u>(30.975)</u>	<u>-</u>	<u>(4.489)</u>	<u>206.496</u>
Depreciação acumulada:						
Máquinas e equipamentos	(1.049)	-	-	-	5	(1.044)
Móveis, utensílios e instalações	(24.169)	(532)	-	-	-	(24.701)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(55.744)	(1.235)	5.265	-	1.873	(49.841)
Equipamentos de informática	(32.076)	(465)	350	-	-	(32.191)
Direito de uso em arrendamento	(40.052)	(9.960)	9.069	-	2.594	(38.349)
Total da depreciação	<u>(153.090)</u>	<u>(12.192)</u>	<u>14.684</u>	<u>-</u>	<u>4.472</u>	<u>(146.126)</u>
Valor líquido	<u>80.569</u>	<u>(3.891)</u>	<u>(16.291)</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>60.370</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a Administração identificou perda por redução ao valor recuperável dos ativos do Varejo no montante de R\$16 e remensuração do passivo de arrendamento, correspondente a um ajuste no montante de R\$1.224, totalizando perda no montante de R\$1.240 (R\$993 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$14.363).

12. EMPRÉSTIMOS E ARRENDAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos e arrendamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	16.530	171.046
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	63.081	83.542
Arrendamento financeiro	6.067	7.291
	<u>85.678</u>	<u>261.879</u>
Passivo circulante	33.280	48.554
Passivo não circulante	<u>52.398</u>	<u>213.325</u>
	<u>85.678</u>	<u>261.879</u>

Empréstimos e arrendamentos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Maio/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Os empréstimos no montante de R\$162.574 (R\$156.204 em 31 de dezembro de 2021), incluídos na rubrica Empréstimos para capital de giro, foram cedidos pelo Banco do Brasil para a Travessia.

Em 18 de julho de 2022, conforme Termo de Quitação, na forma do Segundo Aditamento ao PRJ, assim como das propostas para aquisição das UPI's Direitos Creditórios e Loja Shopping Ibirapuera, homologadas em decisão do Juízo da recuperação Judicial proferida em 11 de julho de 2022, a Travessia outorgou plena quitação do crédito não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, relacionado ao empréstimo para capital de giro, no montante de R\$50.000 utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Direitos Creditórios e R\$29.348, utilizado como parcela do preço de aquisição da UPI Loja Shopping Ibirapuera, renunciando aos créditos remanescentes no montante de R\$83.226.

Movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022

Descrição	31/12/21	Adições (Baixas)	Encargos	Pagamentos principal e juros	Remensuração do passivo de arrendamento	30/09/22
Empréstimos - capital de giro	171.046	(162.574)	9.334	(1.276)	-	16.530
Arrendamento financeiro	7.291	-	209	(1.434)	-	6.066
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	83.542	(8.189)	2.691	(16.186)	1.224	63.082
	<u>261.879</u>	<u>(170.763)</u>	<u>12.234</u>	<u>(18.896)</u>	<u>1.224</u>	<u>85.678</u>

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

Os contratos de arrendamento mercantil do Varejo são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$9.960 (Nota explicativa nº 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar no mercado, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$2.690.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

. Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>30/09/22</u>
Até 1 ano	16.434
De 1 ano a 5 anos	44.780
Mais que 5 anos	<u>16.242</u>
Total	<u><u>77.456</u></u>

Direito Potencial de PIS e de COFINS

A Companhia possui o direito potencial de PIS e de COFINS a recuperar, embutido na contraprestação dos arrendamentos dos imóveis arrendados. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e de COFINS para o período findo em 30 de setembro de 2022 são apresentados a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a</u> <u>valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	77.456	(63.081)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(6.558)</u>	<u>5.341</u>
	<u><u>70.898</u></u>	<u><u>(57.740)</u></u>

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que

estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação, denominados fluxo real; e a estimativa dos saldos inflacionados, denominados fluxo inflacionado, para o período encerrado em 30 de setembro de 2022. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>30/09/22</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>30/09/22</u>
Direito de uso	93.465	Passivo de arrendamento	(46.544)
Depreciação	(38.349)	Despesas financeiras (a incorrer)	(16.537)
	<u>55.116</u>		<u>(63.081)</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>30/09/22</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>30/09/22</u>
Direito de uso	98.493	Passivo de arrendamento	(49.048)
Depreciação	(40.412)	Despesas financeiras (a incorrer)	(17.427)
	<u>58.081</u>		<u>(66.475)</u>

Movimentação dos saldos para o Direito de Uso e para o Passivo de Arrendamento:

Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	73.281
Adições / baixas	(8.189)
Amortização	(9.960)
Remensuração do ativo de arrendamento	(16)
Saldos em 30/09/22	<u>55.116</u>

Passivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/21	83.542
Juros incorridos	2.690
Pagamentos realizados	(16.186)
Adições / baixas	(8.189)
Remensuração do passivo de arrendamento	1.224
Saldos em 30/09/22	<u>63.081</u>

Destacamos ainda, que as informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 24.

13. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 30 de setembro de 2022, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$442 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2021).

14. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Fornecedor - nacional	23.408	1.145	71.480	69.051
Fornecedor - exterior	-	-	229	229
	<u>23.408</u>	<u>1.145</u>	<u>71.709</u>	<u>69.280</u>

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
A vencer	37.452	16.600
Vencidos:		
Até 60 dias	1.007	1.966
De 61 a 90 dias	244	1.313
De 91 a 180 dias	465	4.006
Acima de 180 dias	<u>32.541</u>	<u>45.395</u>
	<u>71.709</u>	<u>69.280</u>

No período encerrado em 30 de setembro de 2022, foi registrada na Controladora, a provisão para o pagamento de honorário de êxito sobre a operação de intermediação da alienação das

UPI's Direitos Creditórios e Imóvel do Ibirapuera, com a quitação dos empréstimos para capital de giro cedidos à Travessia (Nota explicativa nº 12). O saldo na data de encerramento do período é de R\$22.604.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	14	113
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	162	121	536	428
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	153	43	154	95
Programa de Integração Social - PIS	2	3	3	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11	21	16	21
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	16	18
Parcelamento débitos previdenciários (a)	697	-	1.113	445
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	5.236	819
Outros	-	-	89	104
	<u>1.025</u>	<u>188</u>	<u>7.177</u>	<u>2.046</u>
Passivo circulante	483	188	1.982	1.297
Passivo não circulante	<u>542</u>	<u>-</u>	<u>5.195</u>	<u>749</u>
	<u>1.025</u>	<u>188</u>	<u>7.177</u>	<u>2.046</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos na Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN para o pagamento de débitos previdenciários e nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal, relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$719 (R\$492 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021).

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora			
	31/12/21	Despesa	Pagamento	30/09/22
Férias	50	3	(1)	52
Salários a pagar	147	622	(658)	111
FGTS a recolher	4	-	-	4
INSS a recolher	<u>31</u>	<u>209</u>	<u>(165)</u>	<u>75</u>
	<u>232</u>	<u>834</u>	<u>(824)</u>	<u>242</u>

Consolidado				
	<u>31/12/21</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/09/22</u>
Férias	1.562	949	(1.112)	1.399
13º salário	-	816	(122)	694
Salários a pagar	782	9.367	(9.495)	654
FGTS a recolher	317	1.103	(1.070)	350
INSS a recolher	860	2.841	(2.699)	1.002
	<u>3.521</u>	<u>15.076</u>	<u>(14.498)</u>	<u>4.099</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS)

A Companhia e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e do Varejo, por meio do trabalho de revisão periódica sobre o andamento dos processos judiciais e administrativos, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos sobre o prognóstico de perda considerando as movimentações ocorridas no curso dos processos e/ou baseada em decisões recentes dos tribunais, nos âmbitos judicial e administrativo acerca de temas similares aos da Companhia e aos do Varejo, reverteu parte da provisão para perda no montante de R\$79.147 (R\$19.330 na Companhia e R\$59.877 no Varejo). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram revertidas provisões para perdas totalizando R\$4.360 no consolidado

Composição das provisões e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

	Controladora		
	Constituição		
	<u>31/12/21</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>30/09/22</u>
Contingências tributárias (a)	38.942	2.359	41.301
Contingências trabalhistas	2.258	(450)	1.808
Contingências cíveis	1.629	(1.349)	280
	<u>42.829</u>	<u>560</u>	<u>43.389</u>

	Consolidado		
	Constituição		
	<u>31/12/21</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>30/09/22</u>
Contingências tributárias (a)	139.538	4.570	144.108
Contingências trabalhistas	9.050	(2.333)	6.717
Contingências cíveis	16.973	(6.783)	10.190
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS			
da base de cálculo	<u>2.440</u>	<u>186</u>	<u>2.626</u>
	<u>168.001</u>	<u>(4.360)</u>	<u>163.641</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- i. Constituição de provisão no montante de R\$67.449, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS e COFINS sobre despesas operacionais consideradas essenciais à atividade do Varejo;
- ii. Ações judiciais da Companhia e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante consolidado estimado de R\$46.323 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
- iii. Autos de infração e imposição de multas para a Companhia e o Varejo, no montante de R\$15.886, envolvendo contribuições previdenciárias; e
- iv. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, referente à cobrança de ICMS, no montante de R\$5.258.

Depósitos Judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/21</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>30/09/22</u>
PIS/COFINS (a)	1.018	27	1.045
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.856	(3.025)	831
Processos judiciais trabalhistas	<u>624</u>	<u>(1)</u>	<u>623</u>
	<u>11.564</u>	<u>(2.999)</u>	<u>8.565</u>

	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/21	(Baixa)	30/09/22
PIS/COFINS (a)	1.018	27	1.045
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	17.401	(1.762)	15.639
Processos judiciais trabalhistas	3.412	2	3.414
	<u>27.897</u>	<u>(1.733)</u>	<u>26.164</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Companhia e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, para o PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$9.364 relativos ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), II (Imposto de Importação) e às contribuições sociais PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições sociais PIS e COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos Contingentes

Em 4 de agosto de 2021 a Companhia e o Varejo, impetraram Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, para reconhecer o direito de não recolher o Imposto de renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, indevidamente incidentes sobre os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC originados de recuperações tributárias. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF concluiu o julgamento do RE nº1.063.187/SC, declarando a inconstitucionalidade da incidência do IR e da CSLL sobre a receita auferida originada dos juros calculados com base na taxa SELIC sobre restituições de tributos. A tese de repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021 e abrange os seguintes eventos: i) Restituições fiscais concedidas em ações judiciais; ii) Restituições de impostos decorrentes de pedidos administrativos ajuizados; e iii) Ressarcimento de depósitos efetuados em processos judiciais que discutem recolhimento de tributos.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2022, o Varejo reconheceu juros calculados com base na taxa SELIC no montante de R\$185 (R\$47.059 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021) sobre os créditos a restituir de PIS e de COFINS, originados das ações com trânsito em julgado, que discutiram a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. A Administração da Companhia e sua controlada, avaliam os impactos do julgamento do STF nos demais créditos restituíveis.

A Administração da Companhia e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível, não provisionadas, por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$347.598, sendo R\$200.470 para a Companhia e R\$147.128 para o Varejo (R\$335.439 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$185.071 para a Companhia R\$150.368 para o Varejo).

Composição dos passivos (Consolidado) com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

Natureza dos Processos	Objeto	30/09/22	31/12/21
TRIBUTÁRIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação de ações judiciais. Inclui Auto de Infração e Imposição de Multa envolvendo contribuições previdenciárias da Companhia no montante de R\$7.404, com prognóstico de perda provável para parte do débito, mas que, no entanto, não atende o requerimento previsto no CPC 25 no que se refere a possibilidade de realizar uma estimativa confiável do valor de perda provável da obrigação.	303.362	295.683
CÍVEL	Ações renovatórias e outros processos com objetivos variados	37.975	33.438
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	6.261	6.318
TOTAL		347.598	335.439

18. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 28 de setembro de 2022, foram deliberados: i) a ratificação da aprovação do Segundo Aditamento ao PRJ; ii) o aumento do limite do capital autorizado da Companhia para 30.000.000 (trinta milhões) de ações, assim como o aumento proporcional do limite de ações destinado à outorga de opções de compra; iii) o aumento do capital social da Companhia e sua homologação, mediante a capitalização de créditos, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ, assim como de outros créditos pós-concursais, em até R\$61.162, sendo o valor mínimo do aumento de R\$35.149, com emissão de ações preferenciais ao preço de emissão de R\$4,53 (Quatro reais e cinquenta e três centavos); e iv) autorização para a Diretoria tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações tomadas na referida AGE.

O aumento de capital aprovado, de acordo com a manifestação dos credores pelo exercício da opção A para o recebimento dos créditos nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ até a data de instalação da AGE, foi de R\$35.440, correspondente a 7.823.321 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$4,53.

O capital social da Companhia é de R\$337.416 (R\$301.976 em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizado, dividido em 9.635.040 ações, sem valor nominal, sendo 671.819 ações ordinárias e 8.963.221 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração e, mesmo

independentemente de reforma estatutária, em até 30.000.000 (trinta milhões) de ações, mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, sendo permitida a destinação de até 42.855 (quarenta e duas mil oitocentos e cinquenta e cinco) ações para outorga de opções de compra, nos termos do Estatuto.

O Estatuto Social da Companhia atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e sujeitam a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal e membros de Comitês às disposições do Regulamento Nível 2.

As ações preferenciais da Companhia, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do Poder de Controle da Companhia, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.
- Direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da Alienação de Controle da Companhia, nos termos do estatuto.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 448 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$4 (R\$9,63 por ação - cotação em 30/09/22).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e arrendamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 22 de julho de 2021, por decisão do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, foi homologada a venda definitiva dos ativos da

unidade operacional de Guarulhos, cuja autorização havia sido reformada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 4 de novembro de 2020. Em consequência, o saldo de R\$11.279, líquido de impostos diferidos de R\$5.810, que representava o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi totalmente baixado.

e) Participação de não controladores:

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
SalDOS no início do exercício	(43)	(45)
Participação no resultado	<u>10</u>	<u>2</u>
SalDOS no fim do período/exercício	<u>(33)</u>	<u>(43)</u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/07/22</u>	<u>01/01/22</u>	<u>01/07/21</u>	<u>01/01/21</u>
	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/22</u>	<u>a 30/09/21</u>	<u>a 30/09/21</u>
Receita operacional líquida:				
Venda de mercadorias e serviços	23.007	59.972	22.872	67.980
(-) Impostos incidentes	(151)	(803)	(448)	(1.511)
(-) Devoluções	(225)	(626)	(256)	(865)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>179</u>	<u>816</u>	<u>62</u>	<u>(222)</u>
	<u>22.810</u>	<u>59.359</u>	<u>22.230</u>	<u>65.382</u>

20. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
Custo das mercadorias	-	-	-	-	(12.464)	(34.677)	(10.212)	(41.701)
Despesa com pessoal e encargos	(130)	(321)	(59)	(185)	(6.686)	(19.539)	(6.883)	(21.381)
Honorários dos administradores	(384)	(1.006)	(275)	(824)	(644)	(1.631)	(458)	(1.397)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	-	-	(84)	(439)	704	857
Publicações legais	(46)	(101)	-	(224)	(96)	(213)	(20)	(265)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	-	-	(2.515)	(6.683)	(1.856)	(5.915)
Despesas legais e judiciais	-	-	-	-	(184)	(711)	(40)	(198)
Energia elétrica	-	-	-	-	(362)	(1.425)	(514)	(1.563)
Frete e embalagens	-	-	-	-	(695)	(1.670)	(642)	(3.343)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(866)	(2.525)	(884)	(2.420)
Serviços de informática e internet	-	-	-	-	(2.074)	(8.022)	(2.807)	(7.711)
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(5)	(14)	(96)	(1.502)
Multas fiscais e legais	(42)	(42)	-	-	(1.978)	(3.852)	294	(107)
Honorários advocatícios	(478)	(782)	(53)	(72)	(1.637)	(4.426)	(1.077)	(3.163)
Consultoria, assessoria e auditoria	(25.200)	(26.482)	(413)	(1.483)	(26.873)	(31.361)	(1.174)	(3.265)
Outros serviços profissionais	-	-	-	(3)	(437)	(1.200)	(861)	(3.431)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	-	-	(352)	(966)	(331)	(855)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(8)	87	(39)	(197)
Outras	(20)	(156)	(1.377)	(1.590)	(1.225)	(3.680)	(3.574)	(7.606)
	<u>(26.300)</u>	<u>(28.890)</u>	<u>(2.177)</u>	<u>(4.381)</u>	<u>(59.185)</u>	<u>(122.947)</u>	<u>(30.470)</u>	<u>(105.163)</u>
Classificadas como:								
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	-	(12.463)	(34.677)	(10.212)	(41.701)
Despesas com vendas	-	-	-	-	(13.225)	(38.596)	(11.767)	(38.463)
Despesas gerais e administrativas	<u>(26.300)</u>	<u>(28.890)</u>	<u>(2.177)</u>	<u>(4.381)</u>	<u>(33.497)</u>	<u>(49.674)</u>	<u>(8.491)</u>	<u>(24.999)</u>
	<u>(26.300)</u>	<u>(28.890)</u>	<u>(2.177)</u>	<u>(4.381)</u>	<u>(59.185)</u>	<u>(122.947)</u>	<u>(30.470)</u>	<u>(105.163)</u>

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
Perda por redução ao valor recuperável - ativo imobilizado, intangível e impostos a recuperar	-	-	-	-	-	-	(83.943)	(83.549)
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	-	-	(726)	(726)	-	(3.267)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(80)	(304)	(27)	(60)	(367)	(1.172)	(418)	(1.368)
Cartão "private label"	-	-	-	-	(7)	(40)	(13)	(32)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	-	-	2.045	-	-	-
Ajustes dos créditos devidos por credores da recuperação judicial	-	-	-	(84)	(63)	15	142	58
Parcelamento de tributos federais e estaduais	-	-	-	-	(32)	(2.673)	-	(385)
Deferimento pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado - e-CredAc	-	-	-	-	-	-	(5.012)	(5.012)
Outras despesas operacionais	<u>2</u>	<u>(2)</u>	<u>252</u>	<u>(135)</u>	<u>13</u>	<u>(2)</u>	<u>244</u>	<u>(145)</u>
	<u>(78)</u>	<u>(306)</u>	<u>225</u>	<u>(279)</u>	<u>863</u>	<u>(4.598)</u>	<u>(89.000)</u>	<u>(93.700)</u>

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
Resultado na venda de ativo permanente	-	20	4.073	4.073	-	47	4.069	4.093
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	-	-	1.129	4.754	2.455	10.110
Constituição de crédito tributário de ação judicial transitada em julgado	-	-	-	-	-	-	70.694	70.694
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	-	-	5.106	5.106	6.282	18.239
Reversão de perda por redução ao valor de recuperação	-	-	-	-	(1.240)	11.111	-	-
Acordo com fornecedores para dívidas do exercício anterior	-	-	-	-	3.137	5.334	-	-
Despesas recuperadas	14	14	-	-	3.770	4.911	1.340	8.425
Avaliação patrimonial ativos não correntes mantidos para venda (a)	-	-	-	-	29.222	29.222	-	-
Constituição de créditos tributários restituíveis	-	-	-	-	1.264	3.553	3.965	3.965
Deságio relacionado à parte da dívida de credores que exerceram a opção A - PRJ (b)	-	2.404	-	-	3.701	132.422	-	-
Termo de quitação Travessia Securitizadora - empréstimo para capital de giro (c)	-	-	-	-	83.081	83.081	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	7	23	-	-	357	777
	<u>14</u>	<u>2.438</u>	<u>4.080</u>	<u>4.096</u>	<u>129.170</u>	<u>279.541</u>	<u>89.162</u>	<u>116.303</u>

(a) Receita originada da avaliação patrimonial da UPI Imóvel Ibirapuera (Nota explicativa nº 30);

(b) Receita originada pelo deságio calculado sobre o montante da dívida relacionada aos credores que exerceram a opção A para recebimento dos direitos creditórios, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ (Nota explicativa nº 30);

(c) Receita originada pela quitação do montante do empréstimo cedido a Travessia (Nota explicativa nº 12).

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/22 a 30/09/22	01/01/22 a 30/09/22	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21
Receitas financeiras:								
Receitas sobre aplicações financeiras	286	1.297	-	-	406	1.437	16	68
Juros sobre empréstimos a controlada	1.808	3.934	738	1.488	-	-	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	-	-	4	4	-	-
Juros sobre impostos a recuperar	211	1.566	104	214	495	4.256	47.378	47.718
Descontos financeiros obtidos	-	4	-	-	936	1.730	929	3.846
AVP - Credores pós concursais	7	7	-	-	1.543	4.431	-	-
AVP - Credores por recuperação judicial	-	-	-	7	-	-	-	7
Outros juros e variações ativas	-	-	-	-	12	242	-	154
	<u>2.312</u>	<u>6.808</u>	<u>842</u>	<u>1.709</u>	<u>3.396</u>	<u>12.100</u>	<u>48.323</u>	<u>51.793</u>
Despesas financeiras:								
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(2.027)	(12.234)	(5.743)	(18.378)
AVP - Credores por recuperação judicial (a)	10	(2.396)	(41)	(123)	(2.874)	(88.577)	(2.493)	(6.977)
Outros juros e variações passivas	(347)	(1.090)	(193)	(250)	(2.852)	(9.594)	(774)	(1.273)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(4)	(14)	-	-	(309)	(863)	(243)	(657)
Outras comissões financeiras	(59)	(116)	(54)	(161)	(59)	(116)	(54)	(161)
Outras despesas financeiras	(117)	(541)	(242)	(716)	(136)	(588)	(265)	(798)
	<u>(517)</u>	<u>(4.157)</u>	<u>(530)</u>	<u>(1.250)</u>	<u>(8.257)</u>	<u>(111.972)</u>	<u>(9.572)</u>	<u>(28.244)</u>
	<u>1.795</u>	<u>2.651</u>	<u>312</u>	<u>459</u>	<u>(4.861)</u>	<u>(99.872)</u>	<u>38.751</u>	<u>23.549</u>

(a) Inclui o montante de R\$184.186 relacionado a constituição do AVP conforme o Segundo Aditamento ao PRJ, deduzido do montante de R\$272.763 relacionado a reversão do AVP do Plano Original (Nota explicativa nº 30).

24. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 30 de setembro de 2022, o Varejo possuía 32 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	Consolidado			
	01/07/22	01/01/22	01/07/21	01/01/21
	a 30/09/22	a 30/09/22	a 30/09/21	a 30/09/21
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 20	(84)	(439)	704	857

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 30 de setembro de 2022 no consolidado é de R\$12.976 (R\$24.941 em 31 de dezembro de 2021).

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	30/09/22			30/09/22			30/09/22		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	6.801	90.795	97.596	6.998	93.429	100.427	(197)	(2.634)	(2.831)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634	671	8.963	9.634
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R\$	10,13562	10,12968		10,42940	10,42363		(0,29411)	(0,29395)	
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R\$	10,13562	10,12968		10,42940	10,42363		(0,29411)	(0,29395)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	30/09/21			30/09/21			30/09/21		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(3.286)	(5.579)	(8.865)	(2.976)	(5.054)	(8.030)	(310)	(525)	(835)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	23.491	38.870	63.361	23.491	39.870	63.361	23.491	39.870	63.361
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	23.491	38.870	63.361	23.491	39.870	63.361	23.491	39.870	63.361
Prejuízo por ação - básico - R\$	(0,13988)	(0,13993)		(0,12671)	(0,12675)		(0,01317)	(0,01318)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(0,13988)	(0,13993)		(0,12671)	(0,12675)		(0,01317)	(0,01318)	

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Companhia e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Companhia e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 12), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e passivo a descoberto (nota explicativa nº 18).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos e arrendamentos, credores por recuperação judicial e credores pós concursais	2.759	3.833	231.955	469.857
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	<u>(58.619)</u>	<u>(58.040)</u>	<u>(8.210)</u>	<u>(8.022)</u>
Dívida líquida	<u>(55.860)</u>	<u>(54.207)</u>	<u>223.745</u>	<u>461.835</u>
Passivo a descoberto	<u>(365.842)</u>	<u>(498.877)</u>	<u>(365.875)</u>	<u>(498.920)</u>
Total	<u>(421.702)</u>	<u>(553.084)</u>	<u>(142.130)</u>	<u>(37.085)</u>

Periodicamente, a Administração da Companhia e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.550
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>58.617</u>	<u>50.490</u>
	<u>58.619</u>	<u>58.040</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	23.408	1.145
Credores por recuperação judicial	2.678	3.833
Credores pós concursais	<u>81</u>	<u>-</u>
	<u>26.167</u>	<u>4.978</u>
	Consolidado	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	8.210	8.022
Contas a receber de clientes	<u>6.161</u>	<u>710</u>
	<u>14.371</u>	<u>8.732</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e arrendamentos	85.678	261.879
Fornecedores	71.709	69.280
Credores por recuperação judicial	130.516	207.978
Credores pós concursais	15.761	-
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	12.976	24.941
Créditos conversíveis em ações	4.739	-
Outras obrigações	<u>-</u>	<u>1.231</u>
	<u>321.379</u>	<u>565.309</u>

A Administração da Companhia e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e arrendamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 12) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Companhia e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Companhia e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Companhia e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento:

		<u>Consolidado</u>
		<u>30/09/22</u>
<u>Risco</u>		<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e arrendamentos	Alta do CDI	<u>21.414</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Companhia e o Varejo apresentam a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Companhia e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais em R\$ mil		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo				
	Baixa do CDI	(3)	(8)	(15)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(79)	(198)	(393)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(241)	(418)	(723)
Resultado líquido		(323)	(624)	(1.131)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Companhia e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.550	8.210	8.022
Contas a receber de clientes	-	-	6.161	710
	<u>2</u>	<u>7.550</u>	<u>14.371</u>	<u>8.732</u>

Em 30 de setembro de 2022, o consolidado apresenta saldo de provisão para perdas de créditos esperadas, no montante de R\$284 (R\$388 em 31 de dezembro de 2021), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	23.408	-	-	-	23.408
Credores por recuperação judicial	967	-	228	7.630	8.825
Credores pós concursais	88	-	-	-	88

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	71.709	-	-	-	71.709
Credores por recuperação judicial	4.865	-	13.187	475.214	493.266
Credores pós concursais	10.425	7.048	4.744	-	22.217
Empréstimos e arrendamentos	39.016	17.531	40.004	18.165	114.716
Arrendamento mercantil - locação de lojas	12.976	-	-	-	12.976

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Companhia e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Empréstimos:		
Utilizado	16.530	171.046

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/22</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>9.922</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$171 (R\$161 em 30 de setembro de 2021).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>		<u>30/09/22</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	8.210	8.210
Contas a receber de clientes	-	-	6.161	6.161
Partes relacionadas - contrato de mútuo	58.617	58.617	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e arrendamentos	-	-	85.678	85.678
Fornecedores	23.408	23.408	71.709	71.709
Credores por recuperação judicial	2.678	2.678	130.516	130.516
Credores pós concursais	81	81	15.761	15.761
Arrendamento mercantil - locação de lojas	-	-	12.976	12.976

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Companhia e o Varejo divulgam seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2022:

Controladora			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
			<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>2</u>
Consolidado			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
			<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>8.210</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>8.210</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livreria e artigos de papelaria.

28. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>	<u>30/09/22</u>	<u>30/09/21</u>
Despesas operacionais	(2.386)	(835)	(2.386)	(835)
Despesas financeiras	<u>(446)</u>	<u>-</u>	<u>(446)</u>	<u>-</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(2.832)</u>	<u>(835)</u>	<u>(2.832)</u>	<u>(835)</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$2.832 (R\$835 em 30 de setembro de 2021) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

29. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Administração da Companhia e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>30/09/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucros cessantes	34.989	34.989
Incêndio - importância máxima	28.469	28.469
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima		
Execução fiscal	134.723	137.242
Roubo e furto	1.105	1.105
Riscos gerais	19.480	19.480

30. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original

(“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Primeiro Aditamento ao PRJ) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O Primeiro Aditamento ao PRJ, protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021, pautado essencialmente, na concretização da alienação das UPI’s Lojas e Site, nos termos do Primeiro Aditamento ao PRJ. Como não houve habilitação de interessados para a aquisição das referidas UPI’s, inviabilizando o cumprimento das obrigações contidas no Primeiro Aditamento ao PRJ em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou o Segundo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (Segundo Aditamento ao PRJ), que pormenorizava os meios de recuperação, era viável sob o ponto de vista econômico e estava baseado em laudos econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos subscritos por empresa especializada e que prevê medidas para a reestruturação das dívidas, para a geração de fluxo de caixa operacional para o pagamento da dívida, assim como, para a geração de recursos necessários à continuidade das atividades, observando a nova realidade das Recuperandas, impactadas pela pandemia da COVID-19. O Segundo Aditamento ao PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 7 de março de 2022 e homologado judicialmente em 19 de abril de 2022.

Como medidas para a liquidação do passivo estão previstas:

- i) A reestruturação do passivo;
- ii) A preservação de investimentos essenciais para a continuidade operacional; e
- iii) A alienação de UPI’s: “Loja Shopping Ibirapuera” e “Direitos Creditórios” em processo competitivo, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ para o levantamento de recursos, que serão destinados ao pagamento de Credores e Credores Não Sujeitos.

Alienação das UPI’s

O processo competitivo para a alienação das UPI’s foi concluído em 14 de junho de 2022 e homologado judicialmente em 11 de julho de 2022, tendo como vencedora a proposta da Travessia, que em 7 de março de 2022 já havia apresentado Proposta Vinculante, garantindo, assim, a conclusão do processo competitivo e fazendo jus aos direitos e prerrogativas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

As alienações foram realizadas pelo valor de R\$83.668, sendo R\$29.348 pela UPI Loja Shopping Ibirapuera e R\$54.320 pela UPI Direitos Creditórios. O montante de R\$79.348, foi pago mediante a utilização de créditos de titularidade do investidor não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial – Créditos Não Sujeitos; e o montante de R\$4.320, relacionado a parte do valor da UPI Direitos Creditórios, foi pago à vista, por meio de depósito judicial, destinado, exclusivamente, ao pagamento dos credores trabalhistas, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ.

Pagamento da dívida

Os Credores Trabalhistas receberão o valor de até R\$160 por Credor Trabalhista, limitado ao valor total do Crédito Trabalhista, acrescido de correção monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial desde a Homologação do Segundo Aditamento ao PRJ até a data do efetivo pagamento, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas. Haverá aceleração dos pagamentos, nos termos do PRJ, mediante utilização do resgate do depósito judicial originado da alienação da UPI Direitos Creditórios.

O pagamento aos Credores quirografários (Classe III e IV) será feito mediante um pagamento inicial de R\$5 para cada um dos credores; e para o saldo remanescente, estão previstas duas opções: i) Opção A - Conversão em ações, que prevê um deságio de 80% dos créditos remanescentes; ou ii) Opção B – Reperfilamento, que prevê um fluxo de pagamentos trimestrais para o período entre 2026 e 2048, com atualização monetária pela Taxa Referencial e juros remuneratórios de 0,5% a.a.

Em 26 de julho de 2022, expirou o prazo para o exercício das opções. Exerceram a opção A credores cujo montante de créditos corresponde a R\$165.528, dos quais R\$33.106 serão convertidos em ações e R\$132.422 baixados como deságio, nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ. (Nota explicativa nº 33).

O montante de R\$33.106 foi transferido para a rubrica Créditos conversíveis em ações – PRJ, onde permanecerá até a conclusão dos atos societários relacionados ao aumento de capital e emissão das ações e demais procedimentos afins previstos no Segundo Aditamento ao PRJ. Impactos estimados pela homologação do Segundo Aditamento ao PRJ.

<u>Efeito no resultado</u>	<u>Consolidado</u>
Reversão do ajuste a valor presente - AVP calculado no Plano Original	(272.763)
Constituição AVP relacionado aos credores que exerceram a Opção B	184.186
Deságio (80%) relacionado aos credores que exerceram a opção A	132.422
Apropriação Juros / Atualização monetária no período	(3.384)
	<u>40.461</u>

O Ajuste a valor presente foi calculado considerando os encargos de atualização monetária e juros, assim como o fluxo de pagamentos previsto no Segundo Aditamento ao PRJ, com utilização da Taxa Selic como taxa incremental.

Em 30 de setembro de 2022, o montante da dívida consolidada, está composto como segue:

Classes	Circulante	Não Circulante	Total
Classe I Trabalhistas	3.759	3.922	7.681
Classe III e IV Quirografários e ME EPP	-	122.835	122.835
Total	3.759	126.757	130.516

Movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022

	31/12/21	AVP	Pagamentos	Deságio	Conversão em ações	Juros incorridos variação monetária	Outros	30/09/22
Dívida	480.741	-	(4.533)	(132.422)	(33.106)	3.384	638	314.702
Ajuste a valor presente	(272.763)	88.577	-	-	-	-	-	(184.186)
	207.978	88.577	(4.533)	(132.422)	(33.106)	3.384	638	130.516

A íntegra do Segundo Aditamento ao PRJ aprovado com todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

31. CREDORES PÓS CONCURSAIS

A Administração concluiu a renegociação de dívidas incorridas após a Recuperação Judicial (“Pós concursal”) com grande parte de seus fornecedores, por meio de parcelamentos a longo prazo, sem juros e, em alguns casos, com a conversão dos direitos creditórios em ações do capital social da Companhia, sem deságio, assegurando uma condição favorável ao fluxo de caixa.

O saldo consolidado em 30 de setembro de 2022 é de R\$15.761, líquido de ajuste a valor presente no montante de R\$4.431.

32. CRÉDITOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES – PRJ

Representado pelo valor correspondente a conversão das dívidas em ações do capital social da Companhia, sendo o montante consolidado de R\$33.106, relacionado a conversão em ações dos direitos creditórios nos termos do Segundo Aditamento ao PRJ; e o montante consolidado de R\$7.073 relacionado à conversão em ações dos direitos creditórios dos credores pós concursais, totalizando o montante de R\$40.179.

Em AGE de 28 de setembro de 2022, foi homologado o aumento de capital com os créditos conversíveis no montante de R\$35.440, sendo R\$33.106, relacionados à conversão de ações dos direitos creditórios de credores da recuperação judicial, nos termos do 2º Aditamento do PRJ e R\$2.334, relacionados à conversão de créditos de credores pós concursais, restando um saldo em 30 de setembro de 2022 de R\$ 4.739.